

decisivamente para o magnífico desempenho das diversificadas tarefas que lhe foram cometidas.

Muito metódico, extremamente eficiente, determinado e leal, demonstrou permanentemente uma capacidade de adaptação às diferentes mutações das novas tecnologias, indo até ao fundo das questões de modo a poder responder correcta e atempadamente às solicitações colocadas pelos diversos órgãos da Presidência da República.

A missão de operador na área de áudio-visuais exige elevada capacidade de resistência ao trabalho e extraordinário dinamismo, muitas vezes em situações de enorme pressão, nomeadamente durante os acontecimentos de 1999 em Timor-Leste.

A persistência e a exigência que põe no cumprimento da sua missão, para além da permanente disponibilidade e esmerada educação, fizeram que o sargento-ajudante Carlos Nicolau seja um exemplo a seguir, pelo que é digno de ser apontado ao respeito e consideração pública, devendo os serviços por si prestados ser considerados extraordinários e muito importantes.

16 de Janeiro de 2006. — O Presidente da República, *Jorge Sampaio*.

Secretaria-Geral

Aviso n.º 898/2006 (2.ª série). — Por despacho de 16 de Janeiro de 2006 do secretário-geral da Presidência da República:

António das Neves Santos — nomeado, precedendo concurso interno geral de ingresso, para provimento de uma vaga de electricista do quadro de pessoal da Secretaria-Geral da Presidência da República, com efeitos a partir de 1 de Fevereiro de 2006, ficando exonerado do anterior lugar na data da aceitação do novo lugar. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

16 de Janeiro de 2006. — Pelo Secretário-Geral, a Directora de Serviços Administrativos e Financeiros, *Graça Ferreira*.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Secretário-Geral

Despacho n.º 2046/2006 (2.ª série). — Por despacho de 20 de Dezembro de 2005 do presidente do Grupo Parlamentar do Partido Socialista:

José Nicolau Gonçalves — cessa funções, a seu pedido, nos termos do n.º 6 do artigo 46.º da Lei de Organização e Funcionamento dos Serviços da Assembleia da República, republicada pela Lei n.º 28/2003, de 30 de Julho, e do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, do cargo de assessor parlamentar do nível I do Gabinete do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, com efeitos a partir do dia 12 de Dezembro de 2005, inclusive.

16 de Janeiro de 2006. — A Secretária-Geral, *Adelina Sá Carvalho*.

Despacho n.º 2047/2006 (2.ª série). — Por despacho de 20 de Dezembro de 2005 do presidente do Grupo Parlamentar do Partido Socialista:

Francisco António Lobo Brandão Rodrigues Cal — cessa funções, a seu pedido, nos termos do n.º 6 do artigo 46.º da Lei de Organização e Funcionamento dos Serviços da Assembleia da República, republicada pela Lei n.º 28/2003, de 30 de Julho, e do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, do cargo de assessor parlamentar do nível I do Gabinete do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, com efeitos a partir do dia 1 de Setembro de 2005, inclusive.

16 de Janeiro de 2006. — A Secretária-Geral, *Adelina Sá Carvalho*.

Despacho n.º 2048/2006 (2.ª série). — Por despacho de 6 de Janeiro de 2006 do presidente do Grupo Parlamentar do Partido Popular CDS-PP:

Licenciada Cecília Meireles Graça — exonerada, nos termos do n.º 6 do artigo 46.º da Lei de Organização e Funcionamento dos Serviços da Assembleia da República, republicada pela Lei n.º 28/2003, de 30 de Julho, do cargo de assessora do quadro de pessoal de apoio ao Grupo Parlamentar do Partido Popular CDS-PP, com efeitos a partir do dia 1 de Janeiro de 2006.

16 de Janeiro de 2006. — A Secretária-Geral, *Adelina Sá Carvalho*.

Despacho n.º 2049/2006 (2.ª série). — Por despacho de 29 de Dezembro de 2005 do presidente do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda:

Gil de Oliveira Garcia — cessa funções, nos termos do n.º 6 do artigo 46.º da Lei de Organização e Funcionamento dos Serviços da Assembleia da República, republicada pela Lei n.º 28/2003, de 30 de Julho, da categoria de assessor do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, com efeitos a partir do dia 31 de Dezembro de 2005.

16 de Janeiro de 2006. — A Secretária-Geral, *Adelina Sá Carvalho*.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Conselho de Ministros

Resolução n.º 3/2006 (2.ª série). — Considerando que a Concordata entre a República Portuguesa e a Santa Sé foi assinada em 18 de Maio de 2004 na Cidade do Vaticano;

Considerando que a referida Concordata foi aprovada, para ratificação, pela Resolução da Assembleia da República n.º 74/2004 e ratificada pelo Decreto do Presidente da República n.º 80/2004, ambos publicados no *Diário da República*, 1.ª série-A, n.º 269, de 16 de Novembro de 2004;

Considerando que, para os efeitos previstos no artigo 33.º da Concordata, a República Portuguesa e a Santa Sé procederam à troca dos respectivos instrumentos de ratificação no dia 18 de Dezembro de 2004;

Considerando que a Concordata prevê, nos seus artigos 29.º e 23.º, respectivamente, a instituição de uma comissão paritária e de uma comissão bilateral para o desenvolvimento da cooperação quanto a bens da Igreja que integrem o património cultural português;

Considerando a necessidade de proceder à designação dos representantes da República Portuguesa nas comissões criadas ao abrigo da Concordata:

Assim:

Nos termos da alínea g) do artigo 199.º da Constituição, o Conselho de Ministros resolve o seguinte:

1 — Designar para integrar a comissão paritária, a que se refere o artigo 29.º da Concordata, o embaixador Pedro José Ribeiro de Menezes, o director do Departamento de Assuntos Jurídicos do Ministério dos Negócios Estrangeiros e o director do Gabinete para as Relações Internacionais, Europeias e de Cooperação do Ministério da Justiça, sendo a delegação portuguesa presidida pelo primeiro.

2 — Designar para integrar a comissão bilateral, a que se refere o artigo 23.º da Concordata, o ministro plenipotenciário de 1.ª classe Filipe Augusto Ruivo Guterres, o director de serviços da Direcção-Geral do Património do Ministério das Finanças e o director do Instituto Português de Museus do Ministério da Cultura, sendo a delegação portuguesa presidida pelo primeiro.

3 — Ambas as comissões são apoiadas administrativamente pelos serviços do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

4 — As comissões podem solicitar, em razão da matéria, a colaboração de outros ministérios.

15 de Dezembro de 2005. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*.

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Governo Civil do Distrito de Viana do Castelo

Listagem n.º 10/2006. — Mapa a que se refere o n.º 1 do artigo 1.º, conjugado com o artigo 2.º, da Lei n.º 26/94, de 19 de Agosto, e o ofício n.º 491, de 12 de Fevereiro de 1996, do Gabinete do Ministro da Administração Interna — 2.º semestre de 2005:

Data	Beneficiário	Montante (em euros)
12-7-2005	Associação Desportiva e Recreativa de Santiago Ponte da Barca	250
12-7-2005	Comissão de Festas de Nossa Senhora das Neves	200

Data	Beneficiário	Montante (em euros)	Data	Beneficiário	Montante (em euros)
12-7-2005	COREMA — Associação de Defesa do Património	500	5-10-2005	Centro de Bem Estar Social de Seixas — Rancho Folclórico	250
12-7-2005	Sport Clube Vianense	250	5-10-2005	COMDECA — Com. Melhoramentos Defesa Património Cultural	1 250
12-7-2005	A. C. R. D. Sanem Crasto — Ponte da Barca	150	5-10-2005	Associação Cultural Recreativa Desportiva Paredes de Coura	250
12-7-2005	Rancho das Lavradeiras de São Martinho da Gândara	125	5-10-2005	Centro de Cultura de Campos — Comissão de Festas de São João	200
12-7-2005	Grupo Cultural e Recreativa e Cantares de Ponte de Lima	150	5-10-2005	Associação Desportiva Darquense	150
12-7-2005	Associação Recreativa Juventude Vila Fonche	100	5-10-2005	Associação Sócio-Cultural Moradores Núcleo Abelheira	150
12-7-2005	Grupo Folclórico de Viana do Castelo	200	5-10-2005	OUSAM — Organismo Utilitário e Social de Apoio Mútuo	500
12-7-2005	Rancho Folclórico da Correlhã	125	5-10-2005	ANDDEM — Associação Nacional Desporto P. Def. Mental	250
1-7-2005	Grupo de Danças e Cantares do Neiva	125	5-10-2005	Centro de Bem Estar Social de Seixas ...	2 500
13-7-2005	Grupo Desportivo e Cultural dos Cabeços Viana do Castelo	150	5-11-2002	Sociedade de Instrução e Recreio Social Areosense	600
13-7-2005	Associação Desportiva e Recreativa Lamamã — Paredes de Coura	150	02-11-2005	Associação de Estudantes Escola Secundária Santa Maria Maior	150
13-7-2005	Confraria de São Teotónio — GANFEI	1 500	03-11-2005	Associação Desportiva Social Cultural Freguesia de Lindoso	150
13-7-2005	Rancho Folclórico Lavradeiras São Pedro do Vale — Arcos de Valdevez	200	03-11-2005	Grupos de Gaiteros Os Populares de Fornelos Ponte de Lima	100
13-7-2005	Casa de Povo de Lanheses	200	04-11-2005	Associação de Dadores de Sangue de Ponte de Lima	200
13-7-2005	Grupo Folclórico das Bordadeiras Casa Povo Cardielos	150	04-11-2005	Paróquia de Darque — Viana do Castelo	250
13-7-2005	Grupo Desportivo de Castanheira	200	04-11-2005	Associação Desportiva Os Limianos Ponte de Lima	250
13-7-2005	ANCORENSIS — Vila Praia de Âncora	250	04-11-2005	Associação Cultural e Recreativa de Cardielos	400
14-7-2005	Judo Clube Caminha (JUCAMINHHA) — Caminha	250	07-11-2005	Centro Social e Paroquial de Cristelo ...	500
14-7-2005	Centro Recreativo e Cultural das Neves — Viana do Castelo	150	07-11-2005	Associação dos Reformados e Pensionistas de Viana Castelo	500
14-7-2005	Orfeão de Vila Praia de Âncora	250	07-11-2005	Casa do Povo Afife	250
14-7-2005	Associação Recreativa e Cultural de Aguiã	300	07-11-2005	Centro Desportivo e Cultural de Outeiro	250
14-7-2005	Comissão de Festas do Concelho de Caminha Santa Rita de Cássia	400	07-11-2005	Associação Sócio-Cultural Moradores Abelheira	150
14-7-2005	Arte na Leira — Associação para Promoção da Arte	2 500	7-11-2005	Fábrica da Igreja Paroquial de Santa Marta Portuzelo	250
18-7-2005	Corpo Nacional de Escutas Agrupamento 1214 Vila Praia de Âncora ...	250	7-11-2005	Conferência São Vicente Paulo — Vila Fria	250
18-7-2005	Rancho Folclórico e Etnográfico de Reboreda	125	7-11-2005	Rancho Folclórico da Correlhã	150
18-7-2005	Grupo Recreativo Cultural e Desportiva de Gandra	200	11-11-2005	Fundação Maestro José Pedro	300
18-7-2005	Clube Náutico de Arcos de Valdevez ...	150	17-11-2005	Centro de Bem Estar Social de Seixas ...	500
18-7-2005	Associação Cultural e Desportiva Santa Marta de Serdedelo	125	17-11-2005	Centro de Bem Estar Social de Seixas ...	450
19-7-2005	Associação de Dadores de Sangue Paredes de Coura	300	17-11-2005	Associação Juventude de Viana	300
19-7-2005	E. A. D. S. — Elo Associativo para o Desenvolvimento Social	250	18-11-2005	Centro Recreativo Cultural das Neves ...	150
22-7-2005	Associação Cultural e Recreativa de Calheiros	200	23-11-2005	UNISENIOR — Universidade Sénior de Cerveira	250
1-8-2005	Centro Cultural do Alto Minho — Viana do Castelo	2 500	5-11-2005	Conferência Vicentina de Senhor do Socorro — Areosa	100
1-8-2005	Grupo de Danças e Cantares de Perre	250	5-12-2005	Sociedade São Vicente de Paulo de Perre — Viana do Castelo	100
1-8-2005	Associação Cultural e Recreativa de Vila Franca	200	5-12-2005	Centro Paroquial Social de Subportela — Viana do Castelo	100
1-8-2005	Rancho Folclórico das Lavradeiras de Oleiros	200	5-12-2005	Sociedade Feminina São Vicente de Paulo — Monserrate	100
1-8-2005	Associação Desportiva Darquense	125	5-12-2005	Conferência de São Vicente de Paulo de Neiva — Viana do Castelo	100
1-8-2005	Diocese de Viana do Castelo	125	5-12-2005	Conferência Vicentina Mista Senhora de Fátima-Viana	100
1-8-2005	Associação de Natação do Minho	250	5-12-2005	Centro Social e Cultural Paróquia de Cardielos — Viana	100
10-8-2005	Comissão de Festas Nossa Senhora da Agonia — Caminha	250	5-12-2005	Conferência de São Vicente de Paulo — Beato São Francisco — Ponte de Lima	100
10-8-2005	Centro Cultural e Desportivo Mole-dense — Moledo	1 000	5-12-2005	OZANAN — Centro de Juventude Viana do Castelo	100
2-9-2005	Sociedade de Instrução e Recreio Anco-rense Vila Praia de Âncora	600	5-12-2005	Conferência Masculina de São Vicente de Paulo — Santa Maria Maior	100
02-9-5	Centro Recreativo e Cultural das Neves — Viana do Castelo	200	5-12-2005	Conferência Mista São Vicente de Paulo — Santa Cristina — Meadela	100
2-9-2005	Associação Recreativa e Cultural de São João Rio Frio	250	15-12-2005	ACAPO — Associação dos Cegos e Amblíopes de Portugal	150
2-9-2005	Casino Afifense — Viana do Castelo ...	350			
4-9-2005	Ronda Típica de Carreço — Viana do Castelo	150			
8-9-2005	Centro de Estudos Regionais — CER Viana do Castelo	2 500			
5-10-2005	Grupo de Estudos e Investigação das Ciências Experimentais	250			

Data	Beneficiário	Montante (em euros)
15-12-2005	Associação de Dadores de Sangue da Meadela — Viana do Castelo	150
15-12-2005	Associação de Dadores Benévolos de Sangue de Caminha	150
15-12-2005	Associação Social Recreativa Juventude de Vila Fonche Arcos de Valdevez . . .	100
15-12-2005	Associação dos Dadores de Sangue do Distrito de Viana do Castelo	300
15-12-2005	Associação Cultural e Recreativa de Deocriste — Viana do Castelo	100
15-12-2005	Centro Social Paroquial de Vila Franca — Viana do Castelo	100
15-12-2005	Grupo Animador da Labruja — Ponte de Lima	500
15-12-2005	A. C. A. T. E — Associação de Apoio à Tauromaquia e Equitação — Viana do Castelo	150
19-12-2005	Conferência de São Vicente de Paulo de Santa Eufémia de Calheiros Ponte de Lima	100
21-12-2005	Conferência Vicentina Santo André Ponte de Lima	100
21-12-2005	Fábrica da Igreja Paroquial de São Miguel de Vila Franca	100
21-12-2005	Fábrica da Igreja Paroquial de Portela Suzã — Viana do Castelo	100
29-12-2005	Associação Humanitária Bombeiros Voluntário de Ponte da Barca	30 000
	<i>Total</i>	64 675

12 de Janeiro de 2006. — O Governador Civil, *José Joaquim Pita Guerreiro*.

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

Aviso n.º 899/2006 (2.ª série). — Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 26 de Agosto de 2005, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Marcelo da Silva Semedo, natural de Santo Amaro, República de Cabo Verde, de nacionalidade cabo-verdiana, nascido em 10 de Maio de 1971, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

7 de Janeiro de 2006. — Pelo Director-Geral, a Chefe do Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 900/2006 (2.ª série). — Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 22 de Novembro de 2005, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Mamadu Saliu Jaló, natural de Mansoa, República da Guiné-Bissau, de nacionalidade guineense, nascido em 15 de Março de 1963, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

7 de Janeiro de 2006. — Pelo Director-Geral, a Chefe do Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 901/2006 (2.ª série). — Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 22 de Novembro de 2005, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Umarú Baldé, natural de Bafatá, República da Guiné-Bissau, de nacionalidade guineense, nascido em 29 de Abril de 1962, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

7 de Janeiro de 2006. — Pelo Director-Geral, a Chefe do Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 902/2006 (2.ª série). — Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 22 de Novembro de 2005, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização,

a Boaventura Miranda Sanches, natural de São Miguel, República de Cabo Verde, de nacionalidade cabo-verdiana, nascido em 1 de Abril de 1963, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

7 de Janeiro de 2006. — Pelo Director-Geral, a Chefe do Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 903/2006 (2.ª série). — Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 22 de Novembro de 2005, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Felícia dos Anjos de Oliveira Freitas, natural de Lobito, República de Angola, de nacionalidade angolana, nascida em 24 de Dezembro de 1948, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

7 de Janeiro de 2006. — Pelo Director-Geral, a Chefe do Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 904/2006 (2.ª série). — Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 22 de Novembro de 2005, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Samper Mendes, natural de Cacheu, República da Guiné-Bissau, de nacionalidade guineense, nascido em 22 de Outubro de 1969, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

7 de Janeiro de 2006. — Pelo Director-Geral, a Chefe do Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 905/2006 (2.ª série). — Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 5 de Dezembro de 2005, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Vladimir Oleinic, natural da República da Moldávia, de nacionalidade moldava, nascido em 6 de Março de 1983, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

7 de Janeiro de 2006. — Pelo Director-Geral, a Chefe do Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 906/2006 (2.ª série). — Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 21 de Novembro de 2005, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Fodé Seidi, natural de Begene, República da Guiné-Bissau, de nacionalidade guineense, nascido em 30 de Abril de 1964, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

7 de Janeiro de 2006. — Pelo Director-Geral, a Chefe do Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 907/2006 (2.ª série). — Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 31 de Outubro de 2005, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Cátia Marisa Vieira Almeida Barreto, natural de Loures, República Portuguesa, de nacionalidade cabo-verdiana, nascida em 4 de Maio de 1983, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

7 de Janeiro de 2006. — Pelo Director-Geral, a Chefe do Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 908/2006 (2.ª série). — Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 22 de Setembro de 2005, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Ana Mafalda Tavares Varela, natural de São Salvador, República de Cabo Verde, de nacionalidade cabo-verdiana, nascida em 16 de Setembro de 1970, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei